



Associação Famalicense
de Prevenção e Apoio à Deficiência

RELATÓRIO E CONTAS

2018

Março 2019





**ASSOCIAÇÃO FAMILICENSE
DE
PREVENÇÃO E APOIO À DEFICIÊNCIA**

FUNDADA EM 1993

INSTITUIÇÃO CERTIFICADA





RELATÓRIO e CONTAS 2018

INDICE

INDICE.....	4
INDICE DE FIGURAS	8
INDICE DE GRÁFICOS	8
INDICE DE TABELAS	8
SIGLAS E ABREVIATURAS	10
CAPITULO I – APRESENTAÇÃO.....	11
1. APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL.....	11
1.1 - Visão.....	11
1.2 - Missão	11
1.3 - Valores.....	11
1.4 - Política da Qualidade.....	11
1.5 - Política de ÉTICA.....	12
1.6 - Estratégia	12
2. MENSAGEM DA DIREÇÃO	13
3. ORGANOGRAMA	15
4. CARATERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	16
4.1 – Identificação.....	16
4.2 – Sede	16
4.3 – Lar Residencial “A Minha Casa”	17
4.4 – Horário de Funcionamento	17
5. INTRODUÇÃO	17
6. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2018.....	19
CAPÍTULO II – RECURSOS HUMANOS	20
1. INTRODUÇÃO	20
2. QUADRO DE PESSOAL	20
CAPÍTULO III – ATIVIDADE	22
1. INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA.....	22
1.1 Enquadramento	22

1.2 Crianças Sem Apoio	22
1.3 Frequência de Crianças	23
2. CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS.....	23
2.1 Enquadramento	23
2.2 Lista de candidatos.....	23
2.3 Frequência dos Clientes	23
3. LAR RESIDENCIAL.....	24
3.1 Enquadramento	24
3.2 Lista de candidatos.....	24
3.2 Frequência dos Clientes	24
4. SERVIÇOS E TERAPIAS COMPLEMENTARES	24
4.1 Gabinete Social de Terapias.....	24
5. SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	25
CAPÍTULO IV- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	26
1 INTRODUÇÃO	26
1.1 Macro ambiente.....	26
1.2 A economia social.....	26
1. BASES PARA APRESENTAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	28
1.1 Características das Demonstrações Financeiras.....	28
1.2 Continuidade.....	29
1.3 Regime de Acréscimo (periodização económica)	29
1.4 Consistência de Apresentação	29
1.5 Materialidade e Agregação	30
1.6 Informação Comparativa	30
2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	31
2.1 Proposta do resultado líquido do período	33
3. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	34
4. BALANÇO.....	35
CAPÍTULO V - ANEXO	36
1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:.....	36
1.1 Denominação da entidade:.....	36
1.2 Lugar da sede social:.....	36

1.3 Natureza da atividade:	36
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	36
2.1 Indicação do referencial contabilístico (NCRF-ESNL) e outros normativos	36
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS	37
CONTABILÍSTICAS E ERROS	37
3.1. Principais políticas contabilísticas:	37
a) Continuidade	37
b) Regime do acréscimo (periodização económica)	37
c) Consistência de apresentação.....	38
d) Materialidade e agregação	38
e) Compensação	38
f) Informação comparativa.....	38
3.2 Principais pressupostos relativos ao futuro	38
3.3 Principais fontes de incertezas das estimativas	38
4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	39
4.1 Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:.....	39
5. ATIVOS INTANGÍVEIS	40
6. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS.....	41
7. INVENTÁRIOS	41
8. RENDIMENTOS E GASTOS	42
8.1 Rédito	42
8.2 Gastos.....	43
9. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS	44
10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	44
10.1 Dívidas a instituições de crédito.....	44
11. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS	44
12. OUTRAS DIVULGAÇÕES	45
12.1 Diversos	45
12.2 Depósitos bancários	45
12.3 Estado e outros entes públicos	45
12.4 Outras contas a receber e pagar.....	46
12.5 Diferimentos	47
12.6 Fornecimentos e serviços externos	47

13. FLUXOS DE CAIXA	49
13.1 Fluxos de caixa das atividades operacionais – método direto	49
14. RÁCIOS	50
14.1 Fundo maneiio	50
14.2 Liquidez geral e liquidez imediata	50
14.3 Autonomia financeira, solvabilidade e endividamento	51
14.4 Rendibilidade líquida da atividade	52
CAPÍTULO VI – DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	53
1. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - CAO.....	53
2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - IPI	54
3. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS – LAR RESIDENCIAL.....	55
4. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS – SERVIÇOS E TERAPIAS COMPLEMENTARES (STC)	56
5. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	57
CAPÍTULO VII - DIVERSOS.....	58
1. INFORMAÇÕES ADICIONAIS	58
2. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO	58
3. FACTOS RELEVANTES APÓS O ENCERRAMENTO DE CONTAS DE 2018.....	59
4 CONCLUSÕES.....	59

ÍNDICE DE FIGURAS

FIG. 1 – ORGANOGRAMA.....	15
FIG. 2– CERIFICADO DA QUALIDADE.....	25
FIG. 3 – RESULTADO LIQUIDO 2018.....	33

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO N.º 1 - COLABORADORES	20
GRÁFICO N.º 2 - AFETAÇÃO DE COLABORADORES POR RESPOSTA SOCIAL.....	21

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 – MÉDIA, ENTRADAS E SAÍDAS	21
TABELA 2 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA.....	31
TABELA 3 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	34
TABELA 4 – BALANÇO 2018.....	35
TABELA 5 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	40
TABELA 6 – ATIVOS INTANGÍVEIS.....	41
TABELA 7 – INVENTÁRIOS.....	41
TABELA 8 – CONTA DE MERCADORIAS	42
TABELA 9 – VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS.....	42
TABELA 10 – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	43
TABELA 11 – GASTOS.....	43
TABELA 12 – SUBSÍDIOS DO ESTADO.....	44
TABELA 13 – GASTOS COM PESSOAL EM 2018 E 2017.....	44
TABELA 14 – SALDO DEPÓSITOS BANCÁRIOS EM 2018 E 2017	45
TABELA 15 – SALDO DEPÓSITOS BANCÁRIOS EM 2016 E 2017	45
TABELA 16 – SALDO DA CONTA DE DÍVIDAS AO ESTADO	46
TABELA 17 – OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	46

TABELA 18 – SALDO DA CONTA DE DIFERIMENTOS	47
TABELA 19 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	48
TABELA 20 – FLUXOS CAIXA ATIVIDADES OPERACIONAIS	49
TABELA 21 – FUNDO DE MANEIRO	50
TABELA 22 – RÁCIO LIQUIDEZ GERAL E IMEDIATA	50
TABELA 23 – RÁCIO AUTONOMIA FINANCEIRA, SOLVABILIDADE E ENDIVIDAMENTO... 	51
TABELA 24 – RENDIBILIDADE LÍQUIDA	52
TABELA 25 – DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS CAO.....	53
TABELA 26 – RENDIMENTOS E GASTOS TOTAIS E MÉDIOS DO CAO	53
TABELA 27 – DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS DE IPI.....	54
TABELA 28 – RENDIMENTOS E GASTOS TOTAIS E MÉDIOS DE IP	54
TABELA 29 – DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS LAR.....	55
TABELA 30 – RENDIMENTOS E GASTOS MÉDIOS DO LAR	55
TABELA 31 – RENDIMENTOS E GASTOS MÉDIOS DOS STC.....	56
TABELA 32 – COMPARAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS GASTOS COM O ORÇAMENTO	57
TABELA 33 – COMPARAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS RENDIMENTOS COM O ORÇAMENTO 57	

SIGLAS E ABREVIATURAS

A.P.D.A.S.C.	Associação Portuguesa Para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural
AFPAD	Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência
ANPC	Autoridade Nacional de Proteção Civil
APQ	Associação Portuguesa da Qualidade
ASUS	Atividades Socialmente Úteis
BADF	Base Apresentação Demonstrações Financeiras
BPI	Banco Português Investimento
BTE	Boletim Trabalho e Emprego
CAO	Centro de Atividades Ocupacionais
CC	Código Contas
CMVMC	Custo Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas
ELI	Equipa Local Intervenção
ESNL	Entidades Setor Não Lucrativo
FM	Fundo de Maneio
IEFP	Instituto Emprego e Formação Profissional
INR,I.P.	Instituto Nacional de Reabilitação
IP	Instituto Público
IPI	Intervenção Precoce na Infância
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
ISS	Instituto de Segurança Social
MDF	Modelos Demonstrações Financeiras
MG	Montepio Geral
NB	Novo Banco
NCRF	Norma Contabilística Relato Financeiro
NI	Normas Interpretativas
NUTS	Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas
R/C	Rés-do-chão
SMN	Salário Mínimo Nacional
SNC	Sistema Normalização Contabilização
SNIPI	Serviço Nacional Intervenção Precoce na Infância
STC	Serviços e Terapias Complementares
VNF	Vila Nova de Famalicão

CAPITULO I – APRESENTAÇÃO

1. APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1 - Visão

Ser uma referência na integração familiar e social das pessoas com deficiências e incapacidades, contribuindo para uma sociedade aberta e inclusiva.

1.2 - Missão

Prestar serviços integrados e personalizados de apoio a pessoas com deficiência e incapacidades e disponibilizar apoio às famílias em articulação interinstitucional, adotando estratégias de inovação e melhoria contínua.

1.3 - Valores

- **Respeito** pelos direitos dos clientes e significativos, dinamizando um atendimento personalizado, individualizando percursos e metodologias no sentido de ir o mais longe possível na integração social;
- **Confidencialidade**, garantindo absoluto sigilo de todas as informações e dados pessoais, designadamente os que dizem respeito à privacidade dos clientes;
- **Participação e corresponsabilização**, envolvendo a família, os agentes sociais e os cuidadores principais na prestação dos serviços;
- **Motivação e empenho** dos colaboradores, contribuindo para o sucesso da organização;
- **Responsabilidade**, assumindo as ações respeitando os mais elevados padrões de ética e profissionalismo;
- **Lealdade**, respeitando as hierarquias, agindo com sinceridade e honestidade para com todos os intervenientes.

1.4 - Política da Qualidade

Prestar serviços de qualidade e valor, ajustados às necessidades e expectativas dos clientes e significativos, gerando os mais elevados níveis de satisfação para todas as partes interessadas, através da inovação e melhoria contínua, enquanto organização orientada para uma ética de responsabilidade e de dever.

1.5 - Política de ÉTICA

A Política de ÉTICA da AFPAD não distingue categorias profissionais nem nível hierárquico devendo aplicar-se a todos os colaboradores, visando estabelecer os princípios éticos e de conduta que devem orientar a prática de todos os profissionais da AFPAD no respeito pela dignidade da pessoa com deficiência e da sua proteção contra riscos indevidos.

A AFPAD respeita a dignidade da pessoa humana e a promoção da justiça social através dos princípios que norteiam a sua atividade. Apoia uma cultura de comportamento ético e de atenção a todos os clientes, sendo esse conjunto da responsabilidade de todos os colaboradores.

Ao mesmo tempo, a AFPAD cria as condições necessárias à concretização deste comportamento ético presente em toda a atividade levada a cabo na e pela AFPAD.

O respeito pela dignidade humana passa por assegurar a proteção dos nossos clientes de diferentes tipos de abusos, criando as condições adequadas e um ambiente seguro. A criação de um ambiente seguro inclui as condições adequadas nas instalações. As responsabilidades e autoridades definidas estabelecem diretivas que asseguram a prestação de serviços em conformidade com esta política, assim como criam condições para a sua correta avaliação.

Por outro lado, a AFPAD apoia o desenvolvimento de condições de escolha informada (*empowerment*) de forma a potenciar iniciativas próprias de prevenção e reação, permitindo a auto-defesa.

A satisfação dos clientes para com o respeito pela sua dignidade é conhecida, ao mesmo tempo que constantemente melhorada na sequência de momentos de revisão incluídos no sistema de gestão.

1.6 - Estratégia

- Melhorar continuamente a qualidade dos serviços através da implementação do sistema de gestão da qualidade;
- Melhorar os sistemas de informação e comunicação;
- Promover a eficiência dos recursos humanos através da formação e melhoria contínua;
- Investir em estruturas físicas, equipamentos e transportes;
- Criar estratégias para a sustentabilidade económico-financeira.

2. MENSAGEM DA DIREÇÃO

Caros Associados,

De acordo com os estatutos da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência, é da competência da Direção a apresentação do relatório de atividades e contas aos seus associados em assembleia geral.

É das suas obrigações a preparação das demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência, o resultado das suas operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados.

O relatório de atividades e contas tem por base garantir a transparência e a qualidade da informação a prestar aos associados, dado que divulga e demonstra a materialização dos objetivos e as ações realizadas.

Assim o ano de 2018 apresenta resultados positivos, muito derivado do contributo dos projetos “Diferences e BPI Capacitar”. Nesse contexto, foi efetuado investimento em obras de remodelação dos espaços na sede e instalada a rede de incêndio (de acordo com a legislação de segurança contra incêndio em edifícios (SCIE)), com o propósito de aumentar a capacidade da resposta social de CAO.

Neste sentido, foi apresentada uma candidatura para alargamento do acordo de cooperação, de 20 para 28 utentes, ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social através do PROCOOP (Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais), de acordo com o Aviso n.º 1/2018, da qual aguardamos pela formalização.

Assim, para dar continuidade ao futuro da Instituição na prossecução e continuidade do seu projeto e para que a AFPAD possa alcançar o sucesso com a eficiência e eficácia desejada, a direção conta com o imprescindível apoio dos estimados clientes e parceiros pela preferência e confiança que em nós deposita, e ainda o profissionalismo e o envolvimento de todos os colaboradores na concretização dos seus objetivos.

Estamos certos de que os desafios não foram e nem serão fáceis, pelo que acreditamos que todos os envolvidos são merecedores do justo reconhecimento pelo desempenho e trabalho



desenvolvido. Pois, temos consciência que os contratemplos nos fortalecem para continuar a luta na defesa do direito à diferença e dada a dimensão e dinâmica da nossa Instituição que a todos nós pertence, a Direção apresenta a todos intervenientes, o nosso sincero agradecimento.

Vila Nova de Famalicão, 08 de março de 2019

Presidente da Direção

Alberto Manuel Ribeiro Gonçalves

3. ORGANOGRAMA

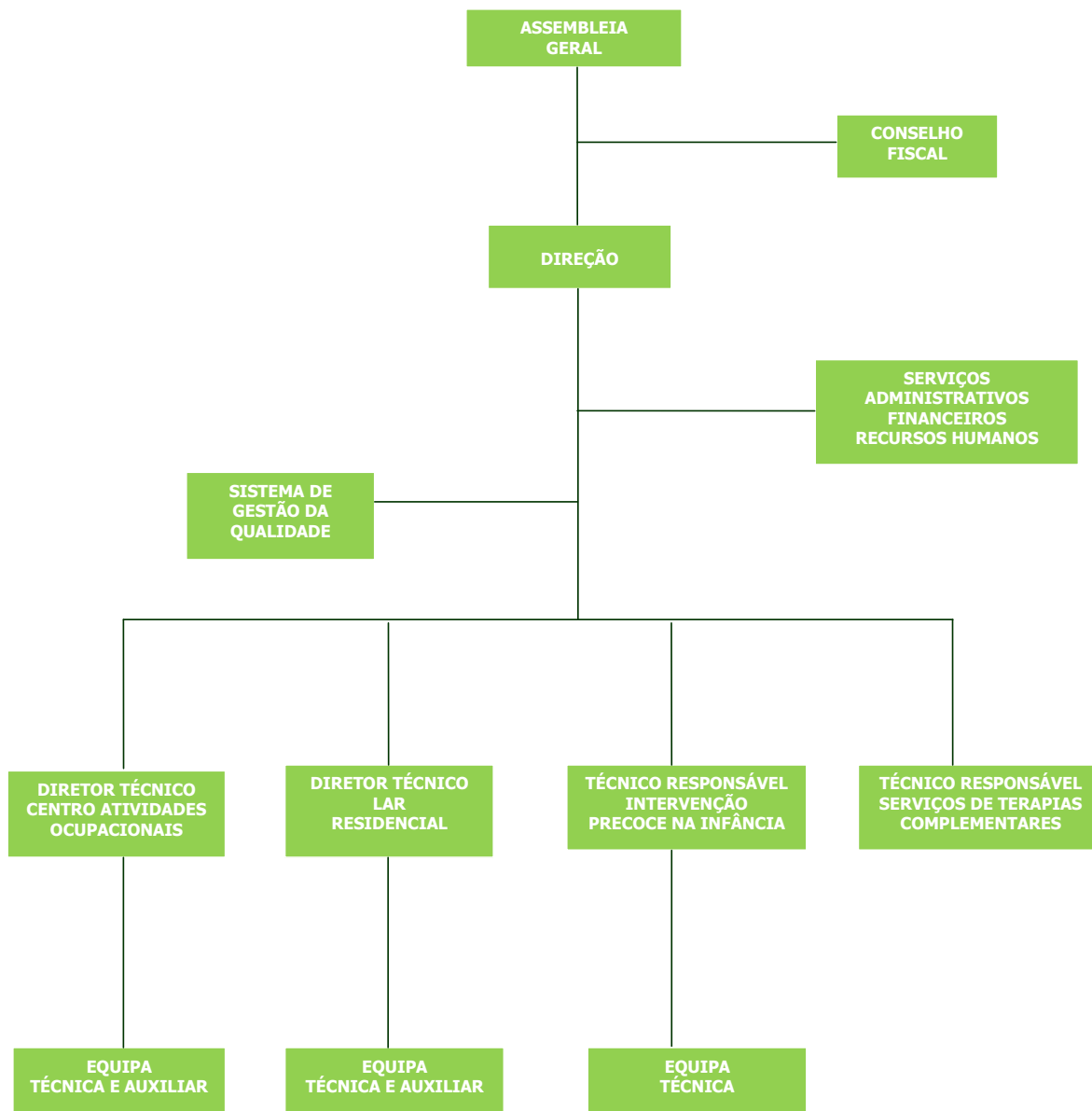


Fig. 1 – Organograma

4. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

4.1 – Identificação

Designação:	Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência
Morada:	Rua António Sérgio, 103 4760 – 298 VILA NOVA DE FAMALICÃO
Telefone:	252 378 790 / 252 378 791
E-mail:	geral@afpad.org
Web:	www.afpad.org
Facebook:	http://www.facebook.com/afpad.ipss
NIPC:	502 914 432
NISS:	2000 494 6450
CAE:	87302 – Atividades de apoio social para pessoas com deficiência com alojamento 88102 – Atividades de apoio social para pessoas com deficiência sem alojamento 88910 – Atividades de cuidados para criança, sem alojamento
Matricula:	Inscrição n.º 35/95, de fls. 46 e 46 vº do livro n.º 6 das Associações de Solidariedade Social
Publicação:	Diário da República, III Série, n.º 211, de 12/09/1995 Diário da República, III Série, n.º 23 ,de 28/01/2003
Região NUTS:	NUTS III – Portugal – Norte - Ave
Caracterização Jurídica:	Outras Associações (IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social)

4.2 – Sede

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência está edificada num edifício na Rua António Sérgio, 103, composto por R/C e seis andares. A fração autónoma designada pela letra “A” correspondente ao R/C é propriedade da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência, conforme escritura efetuada no dia vinte e sete de dezembro de mil novecentos e noventa e cinco, no terceiro cartório notarial do Porto.

O edifício está contemplado com o alvará de licença de utilização n.º 494/2008, emitida pelo departamento de urbanismo e habitação da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalício.

O edifício é repartido por setores, onde funcionam os serviços administrativos, a resposta social do Centro de Atividades Ocupacionais, para além disto tem um espaçoso parque automóvel com um lugar de estacionamento para pessoas portadoras de deficiências e incapacidades e um lugar para ambulâncias, localizado na via pública mesmo em frente ao edifício.

4.3 – Lar Residencial “A Minha Casa”

O funcionamento da resposta social de Lar Residencial “ A Minha Casa” está edificada num edifício arrendado de tipologia T5, situado na Avenida João XXI, 1928 na freguesia de Vermoim, concelho de Vila Nova de Famalicão e é composto por R/C e um andar, anexos e um grande logradouro.

4.4 – Horário de Funcionamento

O horário de funcionamento da sede é o seguinte:

De segunda-feira a sexta-feira:

Abertura: 8:30 h às 17:00h

Pausa almoço 12:30 h às 14:00 h

Sábado: Descanso Complementar.

Domingo: Descanso Obrigatório

O Lar Residencial “ A Minha Casa” funciona 24 horas por dia, durante todo o ano.

5. INTRODUÇÃO

Nos termos do disposto na alínea b) do número um do artigo 27º dos Estatutos da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência, a Assembleia Geral reúne até 31 de março, para aprovação do relatório de contas do ano anterior, bem como do parecer do conselho fiscal.

Nos termos das disposições estatutárias, compete à Direção elaborar o relato e as contas, conferindo-lhe, neste domínio, a responsabilidade dos restantes órgãos.

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência apresenta o relatório de contas referente ao ano de 2018, elaborado de acordo com toda a sua atividade desenvolvida durante o período compreendido entre o dia 1 de janeiro e o dia 31 de dezembro de 2018.

O presente relatório, visa divulgar e dar a conhecer principalmente aos seus associados, para além de outras partes interessadas na informação económica e financeira, a caracterização e o desenvolvimento de toda a sua atividade, exercida no decorrer do ano de 2018, assim como a análise dos resultados através das demonstrações financeiras.

Também divulgamos os factos e os acontecimentos mais relevantes ocorridos no ano de 2018, assim como os recursos e os meios aplicados, os resultados obtidos e o seu impacto em cada resposta social.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e preparadas conforme a legislação em vigor para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), e de acordo com as normas e diplomas divulgados no capítulo (capítulo IV) das demonstrações financeiras deste relatório.

Para a sua elaboração foram analisadas as demonstrações financeiras (Balanço, Anexo ao Balanço, Demonstração de Resultados por Natureza, Demonstração dos Fluxos de Caixa), para além de outros documentos e peças contabilísticas extraídas do sistema informático e de gestão SAGE, (programa de contabilidade e de salários entre outros instrumentos informáticos de apoio à gestão).

Por último, uma referência aos resultados obtidos no período compreendido entre o dia 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018, que apresenta na sua estrutura de gastos o valor total de 491.863,34 € (quatrocentos e noventa e um mil e oitocentos e sessenta e três euros e trinta e quatro cêntimos) e o valor total de 510.767,98 € (quinhentos e dez mil e setecentos e sessenta e sete euros e noventa e oito cêntimos) de rendimentos o que evidencia um apuramento de um resultado líquido positivo no valor de 18.904,64 € (dezoito mil novecentos e quatro euros e sessenta e quatro cêntimos).

6. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2018

O salário mínimo nacional (SMN) a partir do dia 01 de janeiro de 2018 passou a ser de 580,00 €, ou seja, aumentou 23,00 €.

Durante o ano de 2018, o subsídio de refeição dos colaboradores foi pago em espécie (refeição).

Em fevereiro de 2019, a AFPAD recebeu o valor de 1.784,53 €, referente à consignação de 0,5 % do IRS e 19,80 € referente à consignação de IVA.

No âmbito dos 25 anos da AFPAD, realizou no dia 26 de fevereiro o colóquio “Desafios da Inclusão na Educação e Comunidade”.

Em maio de 2018 foram atualizados (em 2,2%) com retroativos a contar de janeiro de 2018, os valores recebidos das comparticipações dos acordos de cooperação com a segurança social, referente às respostas sociais de Centro de Atividades Ocupacionais e de Lar Residencial.

De 25 de junho a 6 de julho, realizou a colónia de férias para os clientes do CAO e do Lar Residencial e teve a comparticipação financeira do INR. “Projeto cofinanciado pelo programa de financiamento a projetos pelo INR, I.P.”

Em outubro foi recebido um subsídio da Camara Municipal de Vila Nova de Famalicão, no valor de 10.000,00 euros.

Em dezembro foi recebido o valor de 7.224,40 € do projeto “Differences” do programa Erasmus +.

Em janeiro e dezembro foi recebido a quantia de 11.259,87 € do IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP, relativo aos estágios profissionais, ao abrigo da portaria n.º 131/2017, de 7 de abril, retificada pela declaração de retificação n.º 1572017, de 27 de abril, que decorreram durante a ano de 2018.

No ano de 2018 foram admitidos doze novos sócios.

Durante o ano de 2018 a AFPAD recebeu o valor de 750,00 € relativo a entregas de injunções impostas pelo tribunal judicial de Vila Nova de Famalicão.

CAPÍTULO II – RECURSOS HUMANOS

1. INTRODUÇÃO

A gestão dos recursos humanos processou-se de moldes análogos a anos anteriores, com as alterações julgadas convenientes em cada momento, na estrutura de funcionamento, apresentando-se com pequenos ajustamentos (substituição de baixas médicas de curta duração) de reorganização e adequação dos recursos existentes.

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência labora no regime normal de trabalho de acordo com o Código do Trabalho – Lei n.º 7/2009 de 12 de fevereiro de 2009 e posteriores alterações, assim como também aplica o contrato coletivo de trabalho publicado no (BTE) Boletim de Trabalho e Emprego N.º 31 de 22 de agosto de 2015.

2. QUADRO DE PESSOAL

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência conta com a colaboração de um total de 24 profissionais, inscritos nos quadros de pessoal durante o ano de 2018.

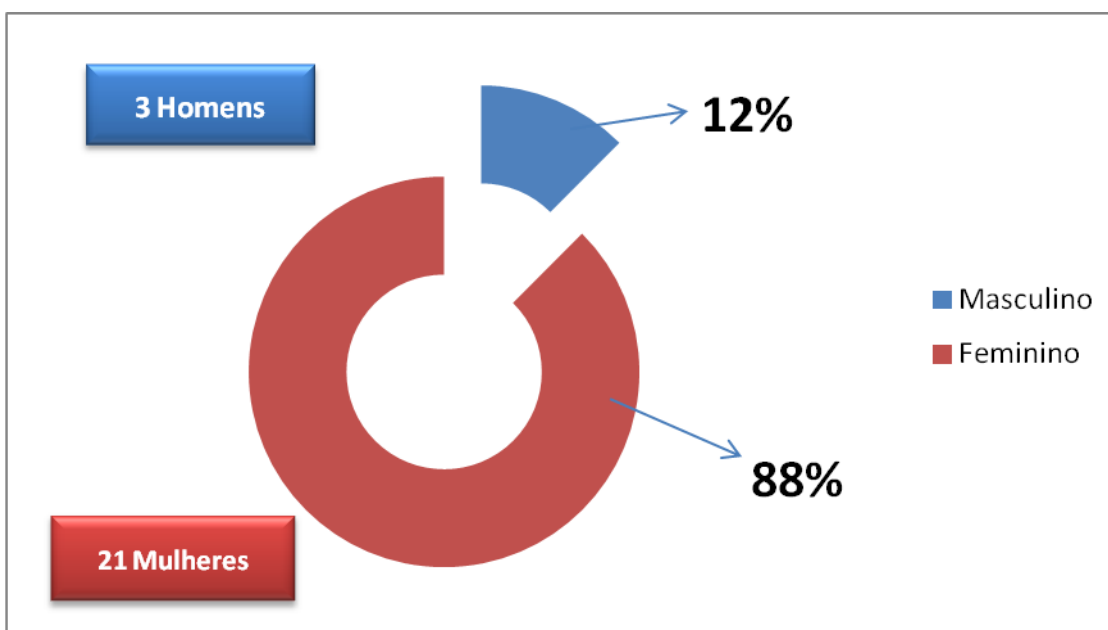


Gráfico N.º 1 - Colaboradores

Do total dos 24 profissionais, uma colaboradora está a substituir outra, por motivo de incapacidade para o trabalho por tempo indeterminado de longa duração, derivada de acidente de trabalho.

Durante o ano de 2018, entraram para os quadros de pessoal 3 colaboradoras e saíram outras 3 colaboradoras. Uma colaboradora que passou à situação de pensão de velhice com efeitos a

partir de novembro de 2017 e outra colaboradora que passou à situação de pensão por invalidez, com efeitos a partir de agosto de 2018. A outra colaboradora apresentou a rescisão do contrato de trabalho com efeitos a partir de agosto de 2018.

No entanto existiram outras entradas e saídas de profissionais, para substituição de baixas médicas ou acidentes de trabalho de curta duração.

No gráfico seguinte é apresentado o número de colaboradores e percentagem em que estão afetos a cada resposta social.

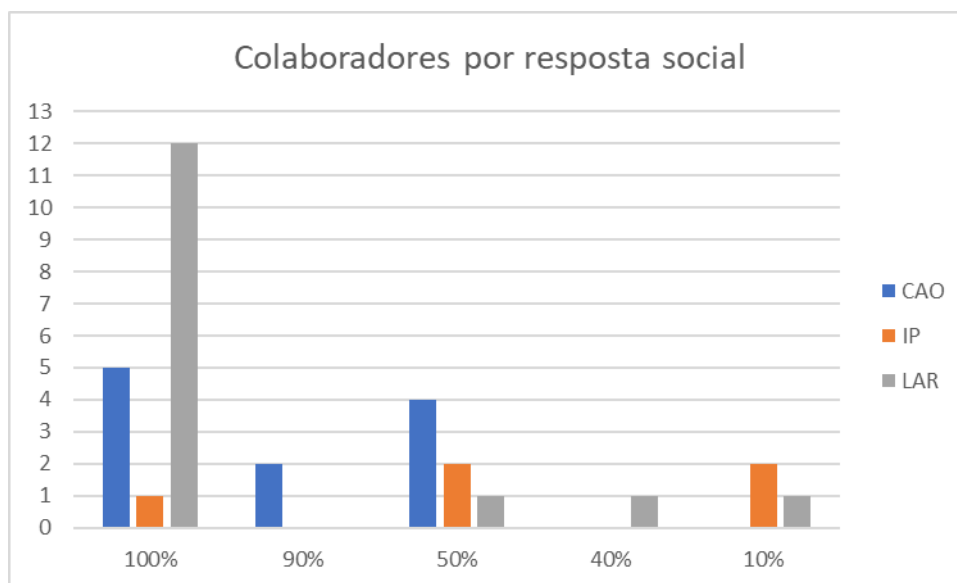


Gráfico N.º 2 - Afetação de colaboradores por resposta social

Na tabela seguinte é apresentado a média de colaboradores nos anos de 2018 e 2017, assim como as entradas e saídas de colaboradores da organização.

Colaboradores	2018	2017
Média	24	24
Entradas	3	2
Saídas	3	4

Tabela 1 – Média, Entradas e Saídas

CAPÍTULO III – ATIVIDADE

1. INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA

1.1 Enquadramento

O Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI), criado pelo DL n.º281/2009, de 06 de Outubro, prevê a criação de Equipas Locais de Intervenção (ELI) através da atuação coordenada pelos Ministérios do Trabalho e Solidariedade Social, da Saúde, e da Educação. A AFPAD integra a ELI de Vila Nova de Famalicão, em articulação com os profissionais de Educação do Agrupamento de referência para a Intervenção Precoce (Bernardino Machado) e da Saúde (CHMA e Centro de Saúde), assegurando desta forma a resposta social de Intervenção Precoce na Infância (IPI) às crianças e famílias deste concelho.

A Intervenção Precoce na Infância (IPI) é “...um conjunto de medidas de apoio integrado centrado na família e na criança...”. “...abrange crianças entre os 0 e os 6 anos de idade com alterações nas funções estruturais do corpo, que limitam a participação nas atividades típicas para a respetiva idade e contexto social ou com risco grave de atraso de desenvolvimento, bem como as suas famílias”.

Ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social compete, nomeadamente, promover a cooperação ativa com as IPSS e instituições equiparadas, de modo a celebrar acordo de cooperação para efeitos de contratação de profissionais de serviço social, terapeutas e psicólogos para integrarem as Equipas Locais de Intervenção (ELI).

Legislação aplicável:

Decreto-lei n.º281/2009, publicado no Diário da República, 1 Série – N.º 193 de 06 de outubro de 2009,

Portaria n.º 293/2013 de 26 de setembro, publicado no Diário da República, 1 Série – N.º 186 de 26 de setembro de 2013.

1.2 Crianças Sem Apoio

À data de 31 de dezembro de 2018 esta resposta social apresentava cerca de 35 crianças identificadas e fora da lista de crianças apoiadas.

1.3 Frequência de Crianças

A AFPAD tem acordo de cooperação com a segurança social (acordo atípico) para a resposta social de Intervenção Precoce (IPI – ELI 4 – Vila Nova de Famalicão) de 40 utentes.

Em 2017 a frequência média mensal foi de 109 crianças e em 2018 foi de 100 crianças.

2. CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS

2.1 Enquadramento

O Centro de Atividades Ocupacionais é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a desenvolver atividades para jovens e adultos com deficiência grave.

Este serviço é destinado a pessoas com deficiência grave, com idade igual ou superior a 16 anos, cujas capacidades não permitam, temporária ou permanentemente, o exercício de uma atividade produtiva; cuja situação não se enquadre no âmbito do regime de emprego protegido, nos termos da respetiva legislação e careçam de apoios específicos.

Legislação aplicável:

Decreto-Lei n.º 18/89, publicado no Diário da República, 1 Série - n.º 9 - de 11 de Janeiro de 1989.

Despacho n.º 52/SESS/90, publicado no Diário da República, 2 Série - N.º 162 - de 16 de Julho de 1990.

2.2 Lista de candidatos

À data de 31 de dezembro de 2018 a resposta social do Centro de Atividades Ocupacionais apresentava 18 candidatos inscritos na lista de candidatos.

2.3 Frequência dos Clientes

A AFPAD tem acordo de cooperação com a segurança social (acordo típico) para a resposta social de Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) de 20 utentes.

Em 2018 e 2017 a frequência média mensal foi de 20 utentes.

3. LAR RESIDENCIAL

3.1 Enquadramento

O Lar Residencial é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojar jovens e adultos com deficiência, que se encontrem impedidos temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar.

Esta resposta social destina-se a pessoas com deficiência com idade igual ou superior a 16 anos, ou para pessoas com deficiência, com idades inferiores a 16 anos cuja situação sociofamiliar o aconselhe e se tenham esgotado as possibilidades de encaminhamento para outras respostas sociais mais adequadas

Legislação aplicável:

Despacho normativo n.º 28/2006, publicado no Diário da República, 1 Série B- N.º 85 - de 03 de maio de 2006 e portaria n.º 59/2015 de 2 de março, publicado no Diário da República, 1 Série - n.º 42 - de 02 de março de 2015.

3.2 Lista de candidatos

À data de 31 de dezembro de 2018 a resposta social de Lar Residencial apresentava 28 candidatos inscritos na lista de candidatos.

3.2 Frequência dos Clientes

A AFPAD tem acordo de cooperação com a segurança social (acordo típico) para a resposta social de Lar Residencial de 12 utentes.

Em 2018 e 2017 a frequência média mensal foi de 12 utentes.

4. SERVIÇOS E TERAPIAS COMPLEMENTARES

4.1 Gabinete Social de Terapias

Atendendo a todo o historial da associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência neste domínio e tendo em conta o “know – how” adquirido, torna-se assim possível a instalação do “Serviços e Terapias Complementares” aberto a todos aqueles que precisam de recorrer a estes serviços.

Estes serviços destinam-se a crianças e jovens portadores de deficiência e incapacidades, e que não se enquadram nos objetivos das outras respostas sociais, para o qual não existe acordo de cooperação com o Instituto de Segurança Social.

Este serviço tem o objetivo de responder às necessidades de pais e encarregados de educação de crianças e jovens com necessidade de algum dos serviços, nas modalidades indicadas:

Em 2018 usufruíram deste serviço 3 clientes/famílias.

5. SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE

Nos dias 18 e 19 de setembro de 2017, foi efetuada pela APQ – Agência Portuguesa da Qualidade a auditoria externa, para a avaliação e certificação da qualidade pelo referencial EQUASS – Assurance Nivel I.

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência (AFPAD) obteve a renovação do certificado da qualidade dos seus serviços, nas respostas sociais de Centro de Atividades Ocupacionais e Lar Residencial com validade de 09 de outubro de 2017 a 09 de outubro de 2019.

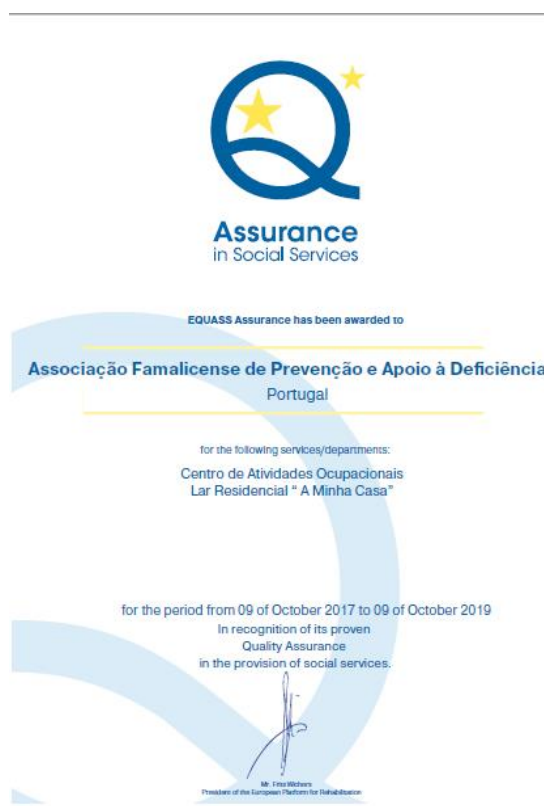


Fig. 2– Certificado da Qualidade

CAPÍTULO IV- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 INTRODUÇÃO

1.1 Macro ambiente

O crescimento da economia global para 2018 é estimado em 3,7 % do Produto Interno Bruto (PIB), que corresponde à previsão efetuada em outubro de 2018, apesar do desempenho mais fraco em algumas economias, especialmente na Europa e na Ásia, segundo os dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), publicado na sua edição de janeiro de 2019, nos seus relatórios “World Economic Outlook (WEO), que são relatórios com previsões económicas mundiais.

O Produto Interno Bruto (PIB) em Portugal no ano de 2018, aumentou 2,1 % em volume, menos 0,7 % que o verificado no ano anterior (2017). Em termos nominais, o PIB aumentou 3,6 % (em 2017 aumentou 4,4 %), tendo atingido 201,5 mil milhões de euros.

Para 2019 a economia global deve crescer 3,5 % e 3,6 % em 2020, segundo os dados da mesma fonte (FMI). Esta previsão de crescimento é afetada, em parte, devido aos efeitos das economias da Alemanha, Itália e Turquia, ao qual acresce os riscos das tensões comerciais dos Estados Unidos e China e da retirada sem acordo do Reino Unido da União Europeia.

No ano de 2018, a taxa de inflação em Portugal, fixou-se em 1 %, de acordo com a divulgação do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Para o ano de 2019, as previsões para a taxa de inflação em Portugal, oscilam entre 1,3% (previsão do governo) 1,6 % (Comissão Europeia) e 1,4 % é a previsão do Banco de Portugal.

Em 2018 a taxa de desemprego ficou situada nos 7 %, tendo diminuído 1,9 % relativamente ao ano de 2017, segundo os dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). A população desempregada representa 365,9 mil pessoas, diminui 20,9 % (96,9 mil) em relação ao ano anterior, enquanto a população empregada corresponde a 4,866,7 mil pessoas, aumentou 2,3 % (110,1 mil).

1.2 A economia social

Em 2017, foi publicado pelo Comité Economico e Social Europeu o relatório sobre a “Evolução recente da economia social na União Europeia, onde sintetiza os seguintes resultados estatísticos:

- A economia social europeia assegura mais de 13,6 milhões de empregos remunerados na Europa;

- O equivalente a cerca de 6,3 % da população ativa da União Europeia (28 estados membros);
- O emprego a 19,1 milhões de trabalhadores, remunerados e não remunerados; mais de 82,8 milhões de voluntários, equivalente a 5,5 milhões de trabalhadores a tempo inteiro;
- Mais de 232 milhões de membros de cooperativas, sociedades mútuas e entidades semelhantes;
- Mais de 2,8 milhões de entidades e empresas do setor solidário.

No dia 20 de dezembro de 2016 o Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE) apresentou o relatório da conta satélite da economia social, que é um trabalho desenvolvido em parceria com a cooperativa António Sérgio para a economia social. Este relatório é a segunda edição com dados relativos ao ano de 2013, enquanto a primeira edição foi efetuada com base no ano de 2010 e publicada em 2013.

De acordo com os resultados da conta satélite da economia social, em 2013 a economia social representou 2,8 % do valor acrescentado bruto (VAB) nacional, 5,2 % das remunerações, 6 % do emprego remunerado e 5,2 % do emprego total (expresso, em ambos os casos, em unidades de trabalho Equivalente a Tempo Completo). A remuneração média da economia social correspondia a 86,4 % da média nacional.

A Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social (CNIS), no âmbito da candidatura N.º POISE-03-4639FSE-000007 de 2 de agosto de 2016, elaborou um estudo sobre a importância económica e social das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

O estudo compilou e tratou contas de demonstração de resultados e balanços relativos a 2016 para um conjunto de 565 IPSS do Continente e Regiões Autónomas, que corresponde a 10 % do número total de IPSS ativas. Da análise efetuada conclui-se o seguinte:

- O valor pago pelos utentes corresponde a 31,7 % do total dos rendimentos das IPSS;
- Os subsídios à exploração de entidades públicas correspondem a 46,12 % do total de rendimentos, sendo 38,75 % provenientes da segurança social, 6,59 % provenientes de outras entidades da administração central e 0,78 % das autarquias locais;
- Os gastos de pessoal são, de longe, a principal componente dos custos das IPSS, onde representam 58,41 %, muito acima do que acontece não só nas sociedades não financeiras (14,16 %), mas também nas entidades com fins lucrativos prestadoras de serviços de apoio social (entre 43,4 e 45,4 %);
- Em 2016, 42,12 % das 565 IPSS analisadas neste estudo tiveram resultado líquido negativo.

2. BASES PARA APRESENTAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Decreto-Lei n.º 36-A/2011, publicado no Diário da República n.º 48, 1 Série, de 9 de março de 2011, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, publicado no Diário da República I Série n.º 106 de 02 de junho de 2015, (que revoga o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, publicado no Diário da República, I Série N.º 48 de 9 de março de 2011) que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC – ESNL), e pelo aviso n.º 8259/2015 publicado no Diário da República n.º 146, 2 Série, de 29 de julho de 2015 que substitui o aviso n.º 6726-B/2011 publicado no Diário da República n.º 51, 2 Série, de 14 de março de 2011, que visa estabelecer os principais aspetos de reconhecimento e mensuração, com as adaptações inerentes a este tipo de entidades (ESNL).

A Normalização Contabilística para as ESNL corresponde à criação de regras contabilísticas próprias, aplicáveis especificamente às entidades que prossigam a título principal uma atividade sem fins lucrativos e que não possam distribuir aos seus membros ou contribuintes qualquer ganho económico ou financeiro.

As entidades sujeitas à normalização contabilística para as ESNL apresentam as seguintes demonstrações financeiras:

Balanço;

Demonstração dos resultados por naturezas ou por funções;

Demonstração dos fluxos de caixa

Anexo.

As demonstrações financeiras também mostram os resultados da condução por parte do órgão de gestão e dos recursos a ele confiados.

2.1 Características das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras devem apresentar apropriadamente a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa de uma entidade. A apresentação apropriada exige a representação fidedigna dos efeitos das transações, outros acontecimentos e condições de acordo com as definições e critérios de reconhecimento estabelecidos pela Norma Contabilística de Relato Financeiro das Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

Uma apresentação apropriada exige que uma entidade:

Selecione e adote políticas contabilísticas de acordo com a NCRF-ESNL;

Apresente informação, incluindo políticas contabilísticas, de uma forma que proporcione informação relevante, fiável, comparável e compreensível;

Proporcione divulgações adicionais quando o cumprimento dos requisitos específicos contidos na NCRF-ESNL possa ser insuficiente para permitir a sua compreensão pelos interessados.

2.2 Continuidade

Aquando da preparação de demonstrações financeiras, o órgão de gestão deve fazer uma avaliação da capacidade de a entidade prosseguir como em entidade em continuidade. As demonstrações financeiras devem ser preparadas no pressuposto da entidade em continuidade, a menos que existam circunstâncias anormais em que se deva considerar um horizonte temporal para a entidade, caso em que no anexo se indica tal facto, assim como os critérios utilizados na elaboração da informação financeira.

No entanto, nas ESNL, este princípio não corresponde a um conceito económico ou financeiro puro, mas antes a manutenção da atividade de prestação de serviços da entidade cumprir os fins propostos.

Ao avaliar se o pressuposto da entidade em continuidade é apropriado, o órgão de gestão deve tomar em consideração toda a informação disponível sobre o futuro, que é pelo menos de 12 meses a partir da data do balanço.

O órgão de gestão deve divulgar as incertezas materiais relacionadas com acontecimentos ou condições que possam lançar dúvidas significativas acerca da capacidade da entidade em prosseguir em continuidade.

2.3 Regime de Acréscimo (periodização económica)

Uma entidade deve preparar as suas demonstrações financeiras, exceto para informação de fluxos de caixa, utilizando o regime contabilístico de acréscimo (periodização económica).

Ao ser usado o regime contabilístico de acréscimo, os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos (os elementos das demonstrações financeiras) quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos.

2.4 Consistência de Apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras deve ser mantida de um período para outro, a menos que seja perceptível, após uma alteração significativa na natureza das operações da entidade ou uma revisão das respetivas demonstrações financeiras, que outra apresentação ou classificação seria mais apropriada, tendo em consideração os critérios para a seleção e aplicação de políticas contabilísticas contidas na NCRF-ESNL.

Uma entidade altera a apresentação das suas demonstrações financeiras apenas se a apresentação alterada proporcionar informação fiável e mais relevante para os utilizadores das demonstrações financeiras e se for provável que a estrutura revista continue, de modo que a comparabilidade não seja prejudicada. Ao efetuar tais alterações na apresentação, uma entidade reclassifica a sua informação comparativa.

2.5 Materialidade e Agregação

Cada classe material de itens semelhantes deve ser apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante devem ser apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais. Consideram-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materiais se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nas demonstrações financeiras. A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou erro, ajuizados nas circunstâncias que a rodeiam.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de fluxos de caixa ou anexo.

2.6 Informação Comparativa

Regra geral, a informação comparativa deve ser divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa deve ser incluída para a informação descritiva, quando for relevante para compreensão das demonstrações financeiras do período corrente.

3. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

A Tabela seguinte apresenta os gastos e os rendimentos e respetivos resultados no período de 2017 e 2016.

Demonstração dos Resultados por Naturezas				
Rendimentos e Gastos	2018	2017	Variação %	Variação Valor
Vendas e Serviços Prestados	82 651,60 €	81 840,10 €	0,99 %	811,50 €
Subsídios, doações legados á exploração	351 542,59 €	334 408,48 €	5,12 %	17 134,11 €
Variação nos inventários da produção	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Trabalho para a própria entidade	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Custo Mercadoria Vendida e Matéria	-33 666,94 €	-30 047,17 €	12,04 %	3 619,77 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-69 306,71 €	-58 314,22 €	18,85 %	10 992,49 €
Gastos com Pessoal	-362 542,31 €	-337 991,13 €	7,26 %	24 551,18 €
Ajustamentos de Inventário	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Imparidades de dívidas a receber	-3 267,02 €	-460,00 €	610 %	2 807,02 €
Provisões (aumentos/reduções)	0,00 €	0,00 €		€
Provisões Específicas	0,00 €	0,00 €		€
Outras Imparidades	0,00 €	0,00 €		€
Aumentos/Reduções de Justo Valor	0,00 €	0,00 €		€
Outros Rendimentos e Ganhos	76 517,86 €	21 769,88 €	251,48 %	54 747,98 €
Outros Gastos e Perdas	-717,06 €	-2 011,64 €	-180,53 %	- 1 294,58 €
Resultado antes de Depreciações	41 212,01 €	9 194,30 €	348,23 %	32 017,71 €
Gastos/Reversões de Depreciação	-21 354,92 €	-20 674,56 €	3,29 %	680,36 €
Resultado Operacional	19 857,09 €	-11 480,26 €	272,96 %	31 337,35 €
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	55,93 €	117,97 €	-110,92 %	- 62,04 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-1 008,38 €	-1 212,02 €	-20,19 %	- 203,64 €
Resultado Antes de impostos	18 904,64 €	-12 574,31 €	250,34 %	31 478,95 €
Imposto sobre Rendimento do Período	0,00 €	0,00 €	0,00 %	0,00 €
Resultado Líquido do Período	18 904,64 €	-12 574,31 €	250,34 %	31 478,95 €

Tabela 2 – Demonstração dos resultados por natureza

A rubrica das vendas e serviços prestados refere-se às vendas de produtos artesanais, das participações efetuados pelos clientes do Centro de Atividades Ocupacionais, do Lar Residencial, dos Serviços e Terapias Complementares e das cotas de associados. Esta rubrica representa 16,18 % do total dos rendimentos.

Desagregando as duas contas, as vendas aumentaram ligeiramente o seu valor (1.188,10 € em 2017 e 1.884,48 € em 2018) sendo a diferença de 696,38 €.

As vendas representam 0,36 % do total de rendimentos.

As participações de clientes mantiveram-se inalteradas (80.652,00 € em 2017 e 80.767,12 € em 2018) sendo a diferença de apenas 115,12 € e o valor das cotas recebidas dos associados aumentaram 16,00 % (1.200,00 € para 1.392,00 €).

As participações de clientes representam 15,54 % do total de rendimentos e as quotas de associados representam 0,27 % do total de rendimentos.

A rubrica de subsídios, doações legados à exploração representam as transferências efetuadas pelo Instituto de Solidariedade e Segurança Social de Braga para cada resposta social e do Município de Vila Nova de Famalicão e o valor recebido do IEFP relativo aos estágios profissionais. Esta rubrica apresenta um aumento de 5,12 % em relação ao ano anterior e que se deve ao facto do aumento dos acordos de cooperação com a segurança social e o subsídio do IEFP. Esta rubrica representa cerca de 68,82 % do total dos rendimentos.

A rubrica de outros rendimentos e ganhos é onde estão evidenciados os donativos monetários e em géneros e a imputação de subsídios ao investimento.

Os donativos monetários diminuíram em cerca de 87 % (3.250,00 € para 1.733,00 €), sendo que os donativos em géneros foi de 192,36 €.

De referir ainda, que nesta rubrica está o subsídio ao investimento no valor de 29.500,00 €, referente ao projeto do BPI Capacitar, sendo os restantes 9.981,00 € referente ao subsídio do investimento das viaturas.

Outros rendimentos e ganhos representam 14,98 % do total dos rendimentos, tal facto deve-se à imputação dos subsídios ao investimento.

Nesta rubrica, também está incluído o valor de 1.579,94 €, recebidos do INR, I.P. de acordo com o “Projeto cofinanciado pelo Programa de Financiamento a Projetos pelo INR, I.P.”

A rubrica de custo de mercadorias vendidas e matérias consumidas referem-se aos produtos e géneros alimentares consumidos no Centro de Atividades Ocupacionais e no Lar Residencial e representa cerca de 6,84 % do total dos gastos.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos, que engloba os consumos de água, energia, eletricidade, combustíveis, gás, material de escritório, comunicações móveis e fixas, reparações e conservação, renda e alugueres, honorários, serviços especializados, seguros e outros fornecimentos.

Esta rubrica apresenta um aumento de 18,85 % em relação ao ano anterior (2017).

Este aumento justifica-se principalmente pelo aumento dos subcontratos que tem incluído os gastos com o projeto Europeu.

Esta rubrica representa 14,09 % dos gastos totais.

A rubrica de gastos com o pessoal apresenta um aumento em cerca de 7,26 % em relação ao ano transato que se justifica pela atualização do salário mínimo nacional (SMN) e da taxa social única (encargos patronais) e os gastos com dois estágios profissionais (de janeiro a setembro).

Esta rubrica representa 73,70 % dos gastos totais.

A rubrica de gastos de depreciações e amortizações apresentam um ligeiro aumento devido essencialmente às aquisições de ativo fixo tangível de reduzido valor e reintegrado/amortizado no próprio ano.

Esta rubrica representa 4,34 % do total dos gastos.

A rubrica de gastos e perdas de financiamento refere-se essencialmente aos gastos com os juros do empréstimo obtido.

Esta rubrica representa cerca de 0,20 % dos gastos totais.

De acordo com a demonstração dos resultados por naturezas o resultado líquido apurado no ano de 2018 corresponde a um resultado líquido positivo no valor de **18.904,64 €**.

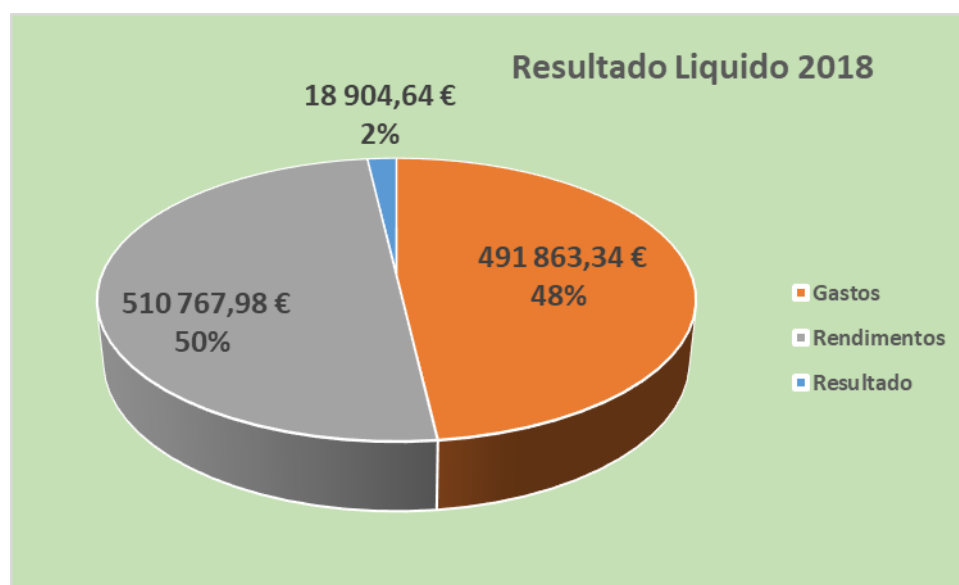


Fig. 3 – Resultado Líquido 2018

3.1 Proposta do resultado líquido do período

Propomos que o resultado líquido do período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018, no valor positivo de 18.904, 64 €, seja levado à conta de resultados transitados.

4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Na tabela seguinte apresentamos a demonstração dos fluxos de caixa à data do período findo em 31 de dezembro do ano de 2018 e 2017.

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes		76 634,76 €	78 390,70 €
Pagamento de Fornecedores		-87 126,61 €	-60 548,68 €
Pagamentos ao Pessoal		-246 313,56 €	-208 666,59 €
Caixa gerada pelas operações		-257 805,41 €	-190 824,36 €
Pagamento/Recebimento imposto sobre rendimento		-22 352,00 €	-22 410,00 €
Outros Recebimentos / Pagamento	13.1	227 181,20 €	298 857,09 €
Fluxo caixa das atividades operacionais (1)		-52 976,21 €	85 622,52 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a			
Ativos fixos tangíveis		0,00 €	0,00 €
Recebimentos provenientes de			
Ativos fixos tangíveis		0,00 €	0,00 €
Subsídio ao Investimento		0,00 €	0,00 €
Juros e rendimentos similares		55,93 €	114,99 €
Fluxo de caixa das atividades investimento (2)		55,93 €	114,99 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos Obtidos		0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento	8.1	1 579,94 €	775,18 €
Pagamentos Respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos	10.1	-6 145,13 €	-5 904,58 €
Juros e Gastos Similares		-1 008,28 €	-1 212,02 €
Fluxo de Caixa da Atividades de Financiamento (3)		-5 573,57 €	-6 341,42 €
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-58 493,85 €	79 396,09 €
Caixa e seus equivalentes no início do período		129 153,40 €	49 757,31 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		70 659,55 €	129 153,40 €

Tabela 3 – Demonstração dos fluxos de caixa

5. BALANÇO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Valores em euros

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ATIVO			
Ativo não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	4	118 866,90 €	108 233,41 €
Bens do Património Histórico e Cultural			
Propriedades de Investimento			
Ativos Intangíveis		0,00 €	0,00 €
Investimentos Financeiros		725,08 €	545,19 €
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros			
		119 591,98 €	108 778,60 €
Ativo Corrente			
Inventários	7	159,21 €	206,78 €
Créditos a receber		8 705,86 €	8 858,52 €
Estado e Outros Entes Públicos		4 730,50 €	614,65 €
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		936,00 €	960,00 €
Diferimentos	12.5	981,20 €	635,95 €
Outros ativos correntes	12.4	2 962,77 €	3 268,52 €
Caixa e Depósitos Bancários	12.2	70 659,55 €	129 153,40 €
		89 135,09 €	143 697,82 €
Total do Ativo		208 727,07 €	252 476,42 €
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		80.013,98 €	80 013,98 €
Excedentes Técnicos			
Reservas			
Resultados Transitados		-35 403,50 €	-22 829,19 €
Excedentes de Revalorização			
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais		35 471,50 €	24 952,50 €
		80 081,98 €	82 137,29 €
Resultado Líquido do Período		18 904,64 €	-12 574,31 €
Total do Fundo de Capital		98 986,62 €	69 562,98 €
Passivo			
Passivo não Corrente			
Provisões			
Provisões Específicas		0,00 €	0,00 €
Financiamentos Obtidos	10.1	17 058,80 €	23 203,93 €
Outras Contas a Pagar		0,00€	0,00€
		17 058,80 €	23 203,93 €
Passivo Corrente			
Fornecedores		18 457,26 €	5 980,95 €
Adiantamentos de Clientes			
Estado e outros Entes Públicos	12.3	16 086,73 €	14 589,50 €
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros			
Financiamentos Obtidos		0,00 €	0,00 €
Diferimentos		0,00€	0,00 €
Outras Contas a Pagar	12.4	58 137,66 €	139 139,06 €
Outros Passivos correntes		0,00 €	0,00 €
		92 681,65 €	152 709,51 €
Total do Passivo		109 740,45 €	182 913,44 €
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		208 727,07 €	252 476,42 €

Tabela 4 – Balanço 2018

A análise do balanço está reportada no anexo em Rácios, nos pontos 14.1; 14.2 e 14.3.

CAPÍTULO V - ANEXO

Nos termos da Portaria nº 220/2015, publicado no Diário da República, I Série – N.º 143 de 24 de julho de 2015, (que revoga a Portaria nº 105/2011, de 14 de março de 2011) as divulgações exigidas, na sequência dos procedimentos contidos na Norma Contabilística de Relato Financeiro a efetuar pelas Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) relativamente ao anexo, são as que correspondem ao referido no anexo 16 da mencionada portaria nº 220/2015, de 24 de julho de 2015.

Assim, cada entidade deverá criar a sua própria sequência numérica, em conformidade com as divulgações que deve efetuar.

1. Identificação da entidade:

1.1 Denominação da entidade:

Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência (AFPAD).

Número de identificação de pessoa coletiva: 502 914 432

1.2 Lugar da sede social:

RUA ANTÓNIO SÉRGIO, 103

4760-298 VILA NOVA DE FAMALICÃO

1.3 Natureza da atividade:

Atividades de apoio social para pessoas com deficiência, com alojamento. – CAE 87302

2. Referencial contabilístico preparação das demonstrações financeiras

2.1 Indicação do referencial contabilístico (NCRF-ESNL) e outros normativos

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, publicado no Diário da República, I Série n.º 106 de 02 de junho de 2015, (que revoga o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, publicado no Diário da República, I Série N.º 48 de 9 de março de 2011) e que inclui:

- a) Balanço.
- b) Demonstração de Resultados por Natureza.
- c) Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- d) Anexo.

A base para a apresentação das demonstrações financeiras (BADF) é composto pelos seguintes instrumentos:

- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, publicado no Diário da República N.º 143, de 24 de julho de 2015, (que revoga a portaria n.º 105/2011, publicado no Diário da República N.º 51 de 14 de março de 2011), devendo o respetivo Anexo corresponder ao Anexo nº 16 da mesma Portaria (Portaria nº 220/2015);
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, publicado no Diário da República, I Série N.º 142, de 23 de julho de 2015 (que revoga a Portaria n.º 106/2011, publicado no Diário da República, I Série N.º 51 de 14 de março de 2011);
- Normas Contabilísticas de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL); Aviso n.º 6726-B/2011, publicado no Diário da República, N.º 51 de 14 de março de 2011; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência na elaboração das Demonstrações financeiras foram as seguintes:

3.1. Principais políticas contabilísticas:

As demonstrações financeiras foram preparadas, a partir dos registos contabilísticos da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL) e as bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Continuidade

Com base na informação disponível e expectativas futuras, a AFPAD continuará a operar no futuro, prevendo-se a manutenção da atividade de prestação de serviços e a capacidade de cumprir com os fins propostos, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

b) Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento, sendo apresentados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam ou dizem respeito, de acordo com o regime de acréscimo.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Outras contas a receber e a pagar – devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

c) Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza das operações que, nesse caso, serão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo.

Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores da informação.

d) Materialidade e agregação

Cada classe material de itens dissemelhantes é apresentada separadamente nas Demonstrações Financeiras.

As Demonstrações Financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função.

e) Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos, dos rendimentos e gastos, serem relatados separadamente, estes não foram compensados.

f) Informação comparativa

As Demonstrações Financeiras de 2017 permitem a comparação de todas as quantias relatadas com respeito ao período anterior (2016).

3.2 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras relativas ao ano de 2017 foram elaboradas no pressuposto da continuidade da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência e de duração por tempo indeterminado, pelo que se prevê a sua continuidade no curto prazo ou futuro próximo.

3.3 Principais fontes de incertezas das estimativas

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras não foram tidos outros pressupostos que não o da continuidade.

Não estando assim identificadas fontes de incerteza com um impacto significativo nos ativos e passivos escriturados, salvaguardando-se a possibilidade de acontecimentos imprevisíveis e/ou extraordinários e totalmente alheios à vontade da Associação famalicense de Prevenção e Apoio á Deficiência (AFPAD).

4. Ativos fixos tangíveis

4.1 Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:

- a) Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.
- b) Os gastos subsequentes que a AFPAD tem com a manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.
- c) As depreciações foram calculadas pelo método das quotas constantes em duodécimos, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, e em conformidade com as percentagens divulgadas no Decreto Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de setembro de acordo com o código e divisão do elemento do ativo depreciável ou amortizável, de acordo com a tabela abaixo mencionada.

Descrição	Ano	Valor	Taxa	Valor Deprec.	Acumulado	Valor Líq.
Terreno	1997	10 599,46 €				10 599,46 €
Edifícios	1997	31 798,36 €	02,00 %	635,97 €	11 447,46 €	20 350,90 €
Edifícios	2001	147 632,79 €	02,00 %	2 952,65 €	115 153,54 €	32 479,25 €
Edifícios	2001	16 776,24€	10,00 %	0,00 €	16 776,24€	0,00 €
Edifícios	2001	26 475,29 €	16,66 %	0,00 €	26 475,29 €	0,00 €
Edifícios	2018	30 646,07 €	10,00 %			30 646,07€
Equipamento Administrativo	2008	886,67 €	16,66 %	0,00 €	886,67 €	0,00 €
Equipamento Administrativo	2009	799,19 €	16,66 %	0,00 €	799,19 €	0,00 €
Equipamento Administrativo	2009	402,57 €	20,00 %	0,00 €	402,57 €	0,00 €
Equipamento Administrativo	2010	1 440,12 €	20,00 %	0,00 €	1 440,12 €	0,00 €
Equipamento Administrativo	2011	263,99 €	20,00 %	0,00 €	263,99 €	0,00 €
Equipamento Administrativo	Vários	43 345,30 €		0,00 €	43 345,30 €	0,00 €
Equipamento Administrativo	2014	785,00 €	16,66 %	130,83 €	610,54 €	174,46 €
Equipamento Administrativo	2018	1 342,34 €	100,00 %	1 342,34€	1 342,34 €	
Equipamento Básico	2009	11 386,29 €	16,66 %	0,00 €	11 386,29 €	0,00 €
Equipamento Básico	Vários	32 442,13 €		0,00 €	32 442,13 €	0,00 €
Equipamento Básico	2013	1 660,50 €	16,66 %	276,75 €	1 429,88 €	230,62 €
Equipamento Básico	2013	1 050,00 €	16,66%	175,00 €	875,00 €	175,00 €
Equipamento Transporte	1997	14 963,94 €	20,00 %	0,00 €	14 963,94 €	0,00 €
Equipamento Transporte	2016	62 730,00 €	25,00 %	15 682,50 €	39 206,16 €	23 523,84 €
Outros Ativo Fixos Tangíveis	2014	535,05 €	12,50 %	66,88 €	323,22 €	211,83 €
Outros Ativo Fixos Tangíveis	2014	920,06 €	10,00 %	92,00 €	444,60 €	475,46 €
Equipamento Administrativo	2017	399,00 €	100,00 %	0,00 €	399,00 €	0,00 €
Equipamento Básico	2017	262,98 €	100,00 %	0,00 €	262,98 €	0,00 €
TOTAIS		439 543,34 €		21 354,92 €	320 676,45 €	118 866,89 €

Tabela 5 – Ativos fixos tangíveis

5. Ativos intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada no começo e fim do período; que mostre separadamente as adições, as alienações, as amortizações, as perdas por imparidade e outras alterações, à data de 31 de dezembro de 2018 encontram-se na tabela seguinte.

Descrição	Ano	Valor	Taxa	Valor Deprec.	Acumulado	Valor Liq.
Programas informáticos	2011	734,31 €	33,33 %	0,00 €	734,31 €	0,00 €
Programas informáticos	2007	940,00 €	33,33 %	0,00 €	940,00 €	0,00 €
TOTAIS		1 674,31 €		0,00 €	1 674,31 €	0,00 €

Tabela 6 – Ativos intangíveis

6. Custos de empréstimos obtidos

Para aquisição das duas viaturas adaptadas, foi contraído novo empréstimo bancário no valor de 31.500,00 €, através do Novo Banco. Este empréstimo teve o seu início em julho de 2016 e termina em julho de 2021, ou seja, será pago em 60 prestações mensais.

Os juros suportados com este empréstimo à data de 31 de dezembro de 2018 ascenderam no valor de 827,50 €.

7. Inventários

O método utilizado na contabilização do inventário é o “inventário intermitente”.

Os inventários encontram-se registados ao custo de aquisição, à data de 31 de dezembro de 2018. A mensuração das existências finais é apurada no final do período com base na contagem física dos bens, utilizando-se a fórmula do apuramento do Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas.

CMVMC = Existência Inicial + Compras +/- Regularizações - Existência Final

A quantia de inventários escriturada pelo custo corrente, à data de 31 de dezembro de 2018 e à data de 31 de dezembro de 2017, encontra-se no quadro seguinte.

O Inventário refere-se só a géneros alimentares, quer da Sede quer do Lar Residencial.

Descrição	2018	2017
Saldo Inicial	206,78 €	154,97 €
Compras	33 632,87 €	30 098,98 €
Regularizações	- 13,50 €	0,00 €
Saldo Final	-159,21 €	-206,78 €
Custo Mercadorias Vendidas e Mat. Consumidas	33.666,94€	30.047,17€

Tabela 7 – Inventários

À data de 31 de dezembro de 2018 e 2017 a conta mercadorias apresentava o seguinte saldo.

Descrição	Valor 2018	Valor 2017
Géneros alimentares – Centro Atividades Ocupacionais	140,19 €	174,55 €
Géneros alimentares – Lar Residencial	19,02 €	32,23 €
Total	159,21 €	206,78 €

Tabela 8 – Conta de mercadorias

8. Rendimentos e gastos

8.1 Rédito

O rédito reconhecido em 31 de dezembro de 2018 e 2017, conforme a tabela seguinte:

Rubricas	2018	2017
Vendas	1 884,48 €	1 188,10 €
Prestação de Serviços	80 767,12 €	80 652,00 €
Outros Rendimentos e ganhos	76 517,86 €	21 769,88 €
Total	159 169,46 €	103 609,98 €

Tabela 9 – Vendas e prestações de serviços e outros rendimentos

Vendas – Esta rubrica diz respeito às vendas de trabalhos manuais efetuados pelos clientes do Centro de Atividades Ocupacionais e do Lar Residencial.

Prestação de serviços – Esta rubrica diz respeito às participações dos clientes do Lar Residencial, do Centro de Atividades Ocupacionais, dos Serviços e Terapias Complementares e Quotizações de Associados.

Outros rendimentos e ganhos – De acordo com a tabela seguinte:

Designação	2018	2017
Rifas	0,00 €	270,00 €
Recuperação de dívidas (Clientes)	0,00 €	154,00 €
INR, I.P.	1 579,94 €	775,18 €
Consignação 0,5 % IRS	1 909,56 €	1 804,33 €
Erasmus +	31 622,00 €	4 500,00 €
Donativos monetários e géneros	1 925,36 €	4 285,37 €
Imputação Subsídio Investimento	39 481,00 €	9 981,00 €
Total	76 517,86 €	21 769,88 €

Tabela 10 – Outros rendimentos e ganhos

A designação de INR refere-se ao Instituto Nacional de Reabilitação. A AFPAD apresentou uma candidatura a este projeto, para o desenvolvimento de uma colónia de férias (praia) para os clientes de Lar Residencial e do Centro de Atividades Ocupacionais e foi o valor atribuído pelo INR para a concretização desta atividade, no âmbito do projeto cofinanciado pelo programa de financiamentos a projetos pelo INR, I.P.

Os donativos monetários e géneros no ano de 2018 dividem-se da seguinte forma:

Injunções do ministério público (Tribunal) a cidadãos por infrações legais, o valor de 750,00 €

Diversos donativos monetários atingiram o valor de 983,00 €.

Donativos em géneros atingiram o valor de 192,36 €.

A imputação subsídios ao investimento refere-se à imputação do subsídio recebido do Fundo de Socorro Social para o financiamento da compra de duas viaturas de transporte adaptado e da imputação do subsídio ao investimento por parte do projeto do BPI Capacitar.

8.2 Gastos

Outros gastos e perdas à data de 31 de dezembro de 2018.

Designação	2018
Quotizações	220,00 €
Apoio financeiro concedido a clientes (ASUS)	358,70 €
Taxas e multas não fiscais	138,36 €
Total	717,06 €

Tabela 11 – Gastos

A taxa refere-se ao valor pago à Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC).

9. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência à data de 31 de dezembro de 2018 e 2017 apresentava os seguintes saldos na conta de subsídios e apoio do Governo.

Descrição	2018	2017
ISS – Centro Atividades Ocupacionais (CAO)	124 972,80 €	122 282,40 €
ISS – Intervenção Precoce na Infância (IPI)	57 417,60 €	57 417,60 €
ISS – Lar Residencial “A Minha Casa”	147 892,32 €	144 708,48 €
Instituto Emprego Formação Profissional (IEFP)	11 259,87 €	0,00 €
Camara Municipal de Vila Nova de Famalicão	10 000,00 €	10 000,00 €
Totais	351 542,59 €	334 408,48 €

Tabela 12 – Subsídios do estado

10. Instrumentos financeiros

10.1 Dívidas a instituições de crédito

Em julho de 2016 foi contraído um empréstimo bancário no valor de 31.500,00 €, através da instituição bancária Novo Banco.

No ano de 2018 foi liquidado o valor de 6.145,13 €, ficando em dívida o valor de 17.058,80 € à data de 31 de dezembro de 2018.

11. Benefícios dos empregados

Os gastos que a Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência incorreu com os empregados em 2017 e 2016 foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações do Pessoal	292 468,28 €	269 910,28 €
Encargos Sobre Remunerações	64 641,14 €	60 243,50 €
Seguros de Acidente Trabalho	3 558,53 €	3 163,33 €
Formação Profissional	271,80 €	310,00 €
Outros Gastos com Pessoal	1 602,56 €	4 364,02 €
Totais	362 542,31 €	337 991,13 €

Tabela 13 – Gastos com pessoal em 2018 e 2017

O número médio dos recursos humanos pertencentes ao quadro de pessoal em 2018 e 2017 foi de 24 colaboradores pertencentes ao quadro de pessoal da AFPAD.

12. Outras divulgações

De forma a uma melhor compreensão das Demonstrações Financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Diversos

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora nem à Segurança Social, pelo que tem perante estas entidades a sua situação regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12.2 Depósitos bancários

Os Depósitos à Ordem em 2017 e 2016 apresentavam os seguintes saldos.

Descrição	2018	2017
MG - Banco Montepio Geral	3 319,15 €	29 643,32 €
NB - Novo Banco	1 619,41 €	2 401,20 €
BPI – Banco BPI	35 585,88 €	50 615,00 €
Total	40 524,44 €	82 659,52 €

Tabela 14 – Saldo depósitos bancários em 2018 e 2017

Outros depósitos bancários

Os Depósitos a prazo em 2018 e 2017 apresentavam os seguintes saldos.

Descrição	2018	2017
NB - Novo Banco	30 000,00 €	46 377,59 €
Total	30 000,00 €	46 377,59 €

Tabela 15 – Saldo depósitos bancários em 2016 e 2017

Nesta conta (outros depósitos bancários) estão 10.000,00 euros a prazo e 20.000,00 € na conta de transição de excedentes de acordo com o protocolo de conta com o Banco (Novo Banco).

12.3 Estado e outros entes públicos

À data de 31 de dezembro de 2018 e 2017 a conta de estado e outros entes públicos apresentava os seguintes saldos.

Descrição	2018	2017
Retenção Impostos (IRS)	3 081,00 €	2 894,00 €
Contribuições Segurança Social	12 961,27 €	11 673,22 €
Fundo de Compensação	44,46 €	22,28 €
Total	16 086,73 €	14 589,50 €

Tabela 16 – Saldo da conta de dívidas ao estado

12.4 Outras contas a receber e pagar

À data de 31 de dezembro de 2018 as contas de balanço, outras contas a receber e a pagar apresentavam os saldos de acordo com a tabela seguinte.

Descrição	Valor a receber	Valor a pagar
Ministério Finanças – Consignação 0,5% IRS	1 909,56 €	
Donativos Monetários	84,00 €	
Clientes Lar Residencial	278,73 €	
Vendas de trabalhos manuais	575,48 €	
Gerações	115,00 €	
Remunerações a Liquidar (Férias e Subsídio Férias)		54 086,04 €
Honorários		75,00 €
Acolhimento de clientes		1 094,00 €
Géneros Alimentares		1 003,53 €
Eletricidade – CAO e LAR		428,93 €
Comunicações (Vodafone)		620,67 €
Gás		120,78 €
Material de escritório		32,64 €
Serviços Municipais - Água		246,66 €
Clientes de ASUS		381,00 €
Farmácia Vermoim		48,41 €
Total	2 962,77 €	58 137,66 €

Tabela 17 – Outras contas a receber e a pagar

Os valores das contas a receber e ou a pagar referem-se a valores que foram pagos no ano seguinte (2019), mas cuja despesa (gasto) ou rendimento diz respeito ao ano anterior (2018).

12.5 Diferimentos

À data de 31 de dezembro de 2018 e 2017 a conta de diferimentos apresentava os seguintes saldos, relativamente a gastos a reconhecer no próprio período económico.

Descrição	2018	2017
Serviços controlo de pragas	82,00 €	0,00 €
Seguros	581,95 €	408,19 €
Produtos de limpeza	70,11 €	0,00 €
Rendas de equipamento	58,83 €	56,57 €
Contrato manutenção	188,31 €	171,19 €
Total	981,20 €	635,95 €

Tabela 18 – Saldo da conta de diferimentos

12.6 Fornecimentos e serviços externos

À data de 31 de dezembro de 2018 e 2017 a conta de fornecimentos e serviços externos apresentava os seguintes saldos.

O trabalho especializado engloba os valores pagos às empresas de consultoria alimentar (sistema de HACCP) e à empresa de medicina e segurança no trabalho e de controle de pragas.

As deslocações e estadas têm incluído os valores pagos (1.094,00 €) pelo acolhimento de utentes do Lar Residencial, (nos períodos de encerramento) em outras instituições de acolhimento e os valores pagos no transporte da colónia de férias.

A conta de outros serviços engloba os valores pagos por vigilância e segurança, pelo serviço de TV cabo, portagens e estacionamento.

À data de 31 de dezembro de 2018 e 2017 a conta de fornecimentos e serviços externos apresentava os seguintes saldos.

Descrição	2018	2017
Subcontratos	15 998,44 €	1 793,00 €
Trabalhos Especializados	3 491,45 €	8 131,89 €
Honorários	2 160,58 €	3 101,21 €
Conservação e Reparação	5 420,95 €	5 599,68 €
Ferramentas Utensílios Desg. Rápido	574,18 €	1 001,62 €
Material de Escritório	1 384,25 €	1 414,73 €
Artigos para Oferta	370,27 €	497,15 €
Material Didático	856,96 €	1 225,88 €
Eletricidade	4 173,66 €	3 775,33 €
Combustíveis	9 526,73€	7 609,85 €
Água	1 797,25 €	1 943,76 €
Outros Fluídos (Gás)	1 991,59 €	2 014,81 €
Deslocações e Estadas	2 723,25 €	2 522,89 €
Rendas e Alugueres	7 193,70 €	7 007,62 €
Comunicação (Fixo e Móvel, Internet)	2 822,38 €	2 441,04 €
Seguros	1 087,08 €	1 391,58 €
Despesas de Representação	0,00 €	300,00 €
Limpeza Higiene e Conforto	6 528,71 €	5 987,66 €
Encargos Saúde Clientes	832,26 €	124,34 €
Outros Serviços	373,02 €	430,18 €
Total	69 306,71 €	58 314,22 €

Tabela 19 – Fornecimentos e serviços externos

13. Fluxos de caixa

13.1 Fluxos de caixa das atividades operacionais – método direto

No quadro seguinte é apresentado os valores das atividades operacionais que dizem respeito aos recebimentos e pagamentos incluídos na rubrica de outros recebimentos / pagamentos.

Outros Recebimentos	Valor
Instituto Segurança Social (Acordos de Cooperação)	330 282,72 €
Entidades de ASUS	1.880,00 €
Diversos Recebimentos	949,57 €
Vendas Trabalhos Manuais (CAO e LAR) e Rifas de Natal	2 076,30 €
Donativos Monetários e Injunções Tribunal	1.805,00 €
Instituto Emprego Formação Profissional (IEFP)	11 259,87 €
Erasmus +	7 224,40 €
Município de VNF	10.000,00 €
Consignação 0,5 IRS	1 804,33 €
IVA (50% dos produtos e géneros alimentares)	626,08 €
Cotas de associados	936,00 €
(1) Total Recebimentos	368 844,27 €
Outros Pagamentos	
Pagamento Contribuições Segurança Social	92 853,49 €
Pagamento Rendas e Condomínio	4 856,91 €
Pagamento Seguros (Diversos e de Acidentes de Pessoal)	4 921,91 €
Pagamentos de Vendas a Dinheiro (Caixa)	2 400,00 €
Pagamentos de Água, Gás, Eletricidade	7 533,23 €
Pagamento de Telecomunicações (Vodafone e NOS)	2 761,26 €
Pagamento União Distrital Instit. Particulares Solidariedade Social (UDIPSS)	220,00 €
Pagamento aos Clientes de ASUS	2 280,00 €
Pagamento Honorários	2 007,45 €
Pagamentos Acolhimento de Clientes	600,00 €
Pagamentos Diversos	5 230,38 €
Pagamento Projeto Europeu	15 998,49 €
(2) Total Pagamentos	141 663,07 €
Saldo (1-2)	227 181,20 €

Tabela 20 – Fluxos caixa atividades operacionais

14. Rácios

14.1 Fundo manei

Descrição	2018	2017	2016
Ativo Corrente	89 135,09 €	143 697,82 €	65 093,87 €
Passivo Corrente	- 92 681,65 €	- 159 709,51 €	- 101 443,41 €
Fundo Maneio (FM)	- 3 546,56 €	- 16 011,69 €	- 36 349,54 €

Tabela 21 – Fundo de manei

O fundo de manei negativo (FM <0) reflete um desequilíbrio patrimonial e implica uma necessidade de aumentar o ativo corrente.

Pelos dados apresentados na tabela verifica-se que a situação do fundo de manei continua negativa, embora tenha reduzido o seu valor de 16.011,69 € para 3.545,56 €.

De referir que no passivo corrente está registado o de 54.086,04 € que se refere às férias e subsídio de férias a pagar ao pessoal, que será liquidado em 2019, mas que dizem respeito a direitos vencidos em 2018.

14.2 Liquidez geral e liquidez imediata

Descrição	2018	2017	2016
Liquidez geral	0,965	0,895	0,641
Liquidez imediata	76,23 %	80,86 %	49,04 %

Tabela 22 – Rácio Liquidez geral e imediata

O rácio de liquidez geral determina a capacidade da entidade para esta fazer face aos seus compromissos a curto prazo.

Dado que o valor apresentado por este rácio é menor que 1, significa que os ativos correntes são inferiores ao passivo corrente. Esta situação poderá refletir dificuldades de Tesouraria. No entanto, essas dificuldades poderão não se fazer sentir se a velocidade de rotação do ativo corrente permitir fazer face ao timing de exigibilidade das dívidas de curto prazo.

Como se pode verificar na tabela acima, o rácio da liquidez geral tem vindo a aumentar ligeiramente ao longo dos últimos anos, o que significa que melhorou a sua posição da capacidade para fazer face aos seus compromissos de curto prazo.

O rácio de liquidez imediata traduz os conceitos de ativos líquidos, cingindo-se às disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo que uma organização dispõe para fazer face às dívidas a pagar a curto prazo.

Pela análise verificada na tabela acima podemos afirmar que a situação de liquidez imediata agravou ligeiramente de 2017 para 2018, tendo diminuído 4,63 %.

14.3 Autonomia financeira, solvabilidade e endividamento

Descrição	2018	2017	2016
Autonomia financeira	47,42 %	27,55 %	47,07 %
Solvabilidade	90,20 %	38,03 %	90,80 %
Endividamento	52,57 %	72,40 %	52,40 %

Tabela 23 – Rácio autonomia financeira, solvabilidade e endividamento

O rácio da autonomia financeira determina a (in) dependência da entidade face a capitais alheios, dando apoio na análise do risco sobre a estrutura financeira da organização.

Traduz a capacidade da organização de financiar o ativo através dos fundos patrimoniais sem ter de recorrer a empréstimos.

Os valores apresentados significam o recurso alargado a financiamento externo. Este indicador sofreu uma melhoria em 2018, passando de 27,55% para 47,42%, o que significa que obteve maior estabilidade financeira no ano de 2018 comparado com o ano de 2017.

O rácio da solvabilidade é a capacidade da organização para solver os seus compromissos a médio e longo prazo, isto é, a capacidade de pagar as dívidas. Traduz a posição de independência da organização face aos seus credores.

Este rácio sofre um aumento em 2018, comparando-o com o ano de 2017, passando de 38,03 % para 90,20%, ou seja, aumentou 52,17 %.

Quanto maior for este rácio, maior será a segurança dos credores face aos seus créditos.

O rácio de endividamento mede a taxa de endividamento total. Quanto mais baixo for a percentagem menor é o endividamento.

Este rácio também diminuiu em 2018, passando de 72,40 % para 52,57 %, tendo diminuído 19,83%. Contudo o valor apresentado significa que os capitais alheios (52,57 %) financiam mais de metade das aplicações totais (capitais próprios).

14.4 Rendibilidade líquida da atividade

A rendibilidade líquida da atividade, também conhecida como resultado económico líquido, mede o rendimento do conjunto de meios utilizados para a prossecução da atividade.

Descrição	2018	2017	2016
Rendibilidade líquida	-55 943,71 €	-30 778,50 €	-8 275,74 €

Tabela 24 – Rendibilidade Líquida

No cálculo deste rácio, não são consideradas as rubricas de outros gastos e perdas, juros e gastos similares suportados por parte dos gastos, assim como não são consideradas as rubricas de outros rendimentos e ganhos, os juros e rendimentos similares obtidos por parte dos rendimentos.

Como se pode verificar na tabela acima, este rácio apresenta valores negativos que agravou a situação em 2018.

Da análise deste rácio, pode-se concluir que com o valor da rubrica de outros rendimentos (76.517,86 €) a rendibilidade líquida seria positiva.

CAPÍTULO VI – DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

1. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - CAO

Demonstração dos Resultados por Naturezas CAO				
Rendimentos e Gastos	2018	2017	Variação %	Variação Valor
Vendas e Serviços Prestados	25 330,88 €	24 009,60 €	5,50 %	1 321,28 €
Subsídios, doações legadas á exploração	134 685,00 €	125 982,40 €	6,91 %	8 702,60 €
Custo Mercadoria Vendida e Matéria	-11 221,45 €	-10 557,03 €	6,29 %	664,42 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-30 245,93 €	-18 279,75 €	65,46 %	11 966,18 €
Gastos com Pessoal	-102 543,96 €	-101 514,16 €	1,01 %	1 029,28 €
Imparidades de dívidas a receber	-881,00 €	-170,20 €	417,62 %	710,80 €
Outros Rendimentos e Ganhos	57 945,05 €	9 913,82 €	484,48 %	48 031,23 €
Outros Gastos e Perdas	-559,62 €	-525,27 €	6,54 %	34,35 €
Resultado antes de Depreciações	72 508,97 €	28 859,41 €	151,25 %	43 649,56 €
Gastos/Reversões de Depreciação	-11 315,08 €	-10 979,42 €	3,05 %	335,66 €
Resultado Operacional	61 193,89 €	17 879,99 €	242,24 %	43 313,90 €
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	22,15 €	43,64 €	-49,24 %	-21,49 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-504,08 €	-670,89 €	-0,24 %	-166,81 €
Resultado Líquido do Período	60 711,96 €	17 252,74 €	251,89 %	43 459,22 €

Tabela 25 – Demonstração resultados CAO

Os gastos do CAO representam 31,97 % do total global de gastos e os rendimentos representam 42,67 % do total global dos rendimentos.

Rendimentos e Gastos do Centro de Atividades Ocupacionais no ano de 2018 e 2017.

Descrição	2018	2017
Rendimento total anual	217 983,00 €	159 949,16 €
Rendimento médio mensal	18 165,25 €	13 329,12 €
Gasto total anual	157 271,12 €	142 696,72 €
Gasto médio mensal	13 105,92 €	11 891,39 €
Gasto médio mensal por cliente	655,29 €	594,56 €
Comparticipação mensal por cliente da Seg. Social	520,72 €	511,76 €

Tabela 26 – Rendimentos e Gastos totais e médios do CAO

2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - IPI

Demonstração dos Resultados por Naturezas IP				
Rendimentos e Gastos	2018	2017	Variação %	Variação Valor
Vendas e Serviços Prestados	264,50 €	228,00 €	16,00 %	36,50 €
Subsídios, doações legados á exploração	59 317,60 €	59 317,60 €	0,00 %	0,00 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-3 389,50 €	-3 593,74 €	-6,02 %	-204,24 €
Gastos com Pessoal	-63 040,16 €	-48 335,61 €	30,42 %	14 704,55 €
Provisões (aumentos/reduções)	0,00 €			0,00 €
Outras Imparidades (perdas/reversões)	-87,00 €	-87,40 €	0,00 %	-0,40 €
Outros Rendimentos e Ganhos	692,09 €	952,72 €	-37,65 %	-260,63 €
Outros Gastos e Perdas	-47,18 €	-209,65 €	-345,09 %	-162,47 €
Resultado antes de Depreciações	-6 289,65 €	8 271,92 €	-231,51 %	-14 561,57 €
Gastos/Reversões de Depreciação	-1 341,61 €	-1 206,12 €	11,23 %	135,49 €
Resultado Operacional	-7 631,26 €	7 065,80 €	0,08 %	-14 697,06 €
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	10,19 €	22,42 €	-120,01 %	-12,23 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-25,08 €	-1,63 €	1438,65 %	23,45 €
Resultado Líquido do Período	7 646,15 €	7 086,59 €	192,68 %	14 732,74 €

Tabela 27 – Demonstração resultados de IPI

Os gastos da Intervenção Precoce na Infância representam 13,81 % do total global de gastos e os rendimentos representam 11,81 % do total global dos rendimentos.

Rendimentos e Gastos da Intervenção Precoce na Infância no ano de 2018 e 2017.

Descrição	2018	2017
Rendimento total anual	60 284,38 €	60 520,74 €
Rendimento médio mensal	5 023,69 €	5 043,40 €
Gasto total anual	67 930,53 €	53 434,15 €
Gasto médio mensal	5 660,87 €	4 452,85 €
Gasto médio mensal por criança (40 crianças)	141,52 €	111,32 €
Comparticipação mensal por criança da Seg. Social	119,62 €	119,62 €

Tabela 28 – Rendimentos e gastos totais e médios de IP

3. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS – LAR RESIDENCIAL

Demonstração dos Resultados por Naturezas LAR Residencial				
Rendimentos e Gastos	2018	2017	Variação %	Variação Valor
Vendas e Serviços Prestados	56 596,22 €	55 302,50 €	2,33 %	1 293,72 €
Subsídios, doações legados á exploração	157 539,99 €	149 108,48 €	5,65 %	8 431,51 €
Custo Mercadoria Vendida e Matéria	-22 445,49 €	-19 490,14 €	15,16 %	2 955,35 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-35 326,28 €	-35 030,73 €	0,84 %	295,55 €
Gastos com Pessoal	-196 958,19 €	-188 141,36 €	4,68 %	8 816,83 €
Outras imparidades (perdas/reversões)	-2 299,02 €	- 202,40 €	1 035,87 %	-2 096,62 €
Outros Rendimentos e Ganhos	17 880,72 €	10 903,34 €	63,99 %	6 977,38 €
Outros Gastos e Perdas	-110,26 €	-1 276,72 €	-1 057,91 %	-1 166,46 €
Resultado antes de Depreciações	-25 122,31 €	-28 827,03 €	-14,75 %	-3 704,72 €
Gastos/Reversões de Depreciação	-8 698,23 €	-8 489,02 €	2,46 %	209,21 €
Resultado Operacional	-33 820,54 €	-37 316,05 €	-10,33 %	-3 495,51 €
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	23,59 €	51,91 €	-120,05 %	28,32 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-479,22 €	-539,50 €	-12,57 %	60,28 €
Resultado Líquido do Período	-34 276,17 €	-37 803,64 €	-10,29 %	-3 527,47 €

Tabela 29 – Demonstração resultados LAR

Os gastos do Lar Residencial representam 54,14 % do total global de gastos e os rendimentos representam 45,42 % do total global dos rendimentos.

Rendimentos e Gastos do Lar Residencial no ano de 2018 e 2017.

Descrição	2018	2017
Rendimento total anual	232 040,52 €	215 366,23 €
Rendimento médio mensal	19 336,71 €	17 947,18 €
Gasto total anual	266 316,69 €	253 169,87 €
Gasto médio mensal	22 193,05 €	21 097,48 €
Gasto médio mensal por cliente	1 849,42 €	1 758,12 €
Comparticipação mensal por cliente da Seg. Social	1 027,03 €+	1 004,92 €

Tabela 30 – Rendimentos e gastos médios do Lar

4. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS – SERVIÇOS E TERAPIAS COMPLEMENTARES (STC)

Demonstração dos Resultados por Naturezas STC				
Rendimentos e Gastos	2018	2017	Variação %	Variação Valor
Vendas e Serviços Prestados	460,00 €	2 300,00 €	-4,00 %	-1 840,00 €
Subsídios, doações legados á exploração				
Custo Mercadoria Vendida e Matéria				
Fornecimentos e Serviços Externos	-345,00 €	-1 410,00 €	-3,08 %	-1 065,00 €
Gastos com Pessoal				
Outras imparidades (perdas/reversões)				
Outros Rendimentos e Ganhos				
Outros Gastos e Perdas				
Resultado antes de Depreciações	115,00 €	890,00 €	-6,73 %	-775,00 €
Gastos/Reversões de Depreciação				
Resultado Operacional	115,00 €	890,00 €	-6,73 %	-775,00 €
Juros e Rendimentos Similares Obtidos				
Juros e Gastos Similares Suportados				
Resultado Líquido do Período	115,00 €	890,00 €	-6,73 %	-775,00 €

Tabela 31 – Rendimentos e gastos médios dos STC

Os gastos dos Serviços e Terapias Complementares representam 0,07 % do total global de gastos e os rendimentos representam 0,09 % do total global dos rendimentos.

De referir que os serviços e terapias complementares no ano de 2018 só prestou serviços em terapia da fala.

No ano de 2018 foram apoiadas 3 crianças nos serviços de terapia da fala.

5. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Comparação entre a execução e o orçamento de 2016 relativamente aos Gastos.

Contas	Execução	Orçamento	Desvio	Desvio
	2018	2018	Valor	%
Custo Mercadorias Vendidas	33 666,94 €	30 000,00 €	3 666,94 €	12,22 %
Fornecimentos e serviços externos	69 306,71 €	64 785,84 €	4 520,87 €	6,98 %
Gastos com pessoal	362 542,31 €	334 972,10 €	27 570,21 €	8,23 %
Gastos de depreciação e amortização	21 354,92 €	20 015,03 €	1 339,89 €	6,69 %
Perdas por imparidade	3 267,02 €	3 000,00 €	267,02 €	8,90 %
Outros gastos e perdas	717,06 €	340,00 €	377,00 €	110,90 %
Gastos e perdas de financiamento	1 008,38 €	1 100,00 €	-91,62 €	-8,33 %
Totais	491 863,34 €	454 212,97 €	37 650,37 €	8,29 %

Tabela 32 – Comparação da execução dos gastos com o orçamento

Na tabela acima apresentado temos a composição da estrutura dos gastos, entre o que foi orçamentado para o ano de 2018 e o que foi realizado durante o mesmo ano, com o apuramento das respetivas diferenças.

Como podemos constatar na tabela, os gastos na sua globalidade (todas as rubricas) a diferença apurada entre o que foi orçamentado e o que foi realizado para o ano de 2017 atingiu o valor de 37.650,37 € que se traduz numa diferença de 8,29 % aproximadamente.

Comparação entre a execução e o orçamento de 2016 relativamente aos Rendimentos

Contas	Execução	Orçamento	Desvio	Desvio
	2018	2018	Valor	%
Vendas	1 884,48 €	1 000,00 €	884,48 €	88,45 %
Prestações de serviços	80767,12 €	80 256,00 €	511,12 €	0,64 %
Subsídios, Doações e Legados	351 542,59 €	346 457,48 €	5 085,11 €	1,47 %
Outros Rendimentos e Ganhos	76 517,86 €	27 231,00 €	49 286,86 €	181,00 %
Juros e Outros Rendimentos	55,93 €	118,00 €	-62,07 €	-52,60 %
Totais	510 767,98 €	455 062,48 €	55 705,50 €	12,24 %

Tabela 33 – Comparação da execução dos rendimentos com o orçamento

Como se pode verificar na tabela acima apresentada relativamente aos rendimentos, podemos verificar que os valores orçamentados e os valores realizados durante o ano de 2018 apresentam uma variação no total de 55.705,50 € o que corresponde a 12,24 %.

CAPÍTULO VII - DIVERSOS

1. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência durante o ano de 2018 cumpriu na íntegra com todas as suas obrigações fiscais e legais.

À data de 31 de dezembro de 2018, não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, à Segurança Social ou a qualquer outra entidade pública, tendo obtido a declaração da situação contributiva perante a Segurança Social e a declaração da situação tributária regularizadas perante estes organismos.

Durante o corrente ano foi entregue via internet nas respetivas entidades, o relatório único ao abrigo da portaria n.º 55/2010 publicado no Diário da República n.º 14, 1 Série, de 21 de janeiro de 2010, que inclui o Balanço Social, Anexo A – Quadro de Pessoal, Anexo B – Fluxo de Entrada ou Saída de Trabalhadores, Anexo C – Relatório Anual da Formação Contínua e o Anexo D (CAO e LAR) – Relatório Anual da Atividade do Serviço de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, Anexo E Greves, Anexo F – Informação sobre prestadores de serviços, enviado ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Foi enviado ao Ministério das Finanças - Direção Geral dos Impostos através da plataforma informática do portal das finanças, o modelo 25 referente aos donativos em géneros e em moeda monetária, assim como também foi enviado pelo mesmo método e sistema o modelo 10, referente aos rendimentos e retenções na fonte de IRS do trabalho dependente e independente.

À data de 31 de dezembro de 2018, não se verificou qualquer registo no livro de reclamações ao abrigo do Decreto-Lei n.º 156/2005 de 15 de setembro.

Durante o ano de 2018 as viaturas da AFPAD percorreram as seguintes distâncias em Km:

Nissan	46-18-JJ	8 729 Km	793 Km/mês
Fiat Ducato	64-RJ-80	8 094 Km	675 Km/mês
Fiat Ducato	64-RJ-82	<u>31 377 Km</u>	<u>2 852 Km/mês</u>
Total		48 200 Km	

2. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO

Para o próximo ano e seguintes, perspectiva-se que a Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência mantenha um ritmo de crescimento e desenvolvimento sustentado, de acordo e em função das oportunidades que possam surgir, com o objetivo de aumentar a eficiência e a

eficácia no desenvolvimento das suas atividades e o reforço da qualidade e melhoria contínua dos serviços prestados.

Também se espera que venha a cumprir com todos os projetos que assumiu no passado e/ou venha a assumir no futuro, em prol de um serviço que vá de encontro às expectativas dos seus clientes e que lhes possa proporcionar a melhor qualidade de vida desejada para todos os intervenientes.

Para o próximo ano (2019) é espectável que, também venha a melhorar e a valorizar o seu desempenho económico-financeiro.

A direção é de parecer pela continuidade da entidade sobre o futuro, que é pelo menos de 12 meses a partir desta data, pela avaliação efetuada pelo órgão de gestão, sobre toda a informação aqui disponibilizada que considera que é adequada e apropriada.

3. FACTOS RELEVANTES APÓS O ENCERRAMENTO DE CONTAS DE 2018

Até à presente data não ocorreram factos materialmente relevantes que deem lugar a ajustamentos ou que possam afetar a posição das demonstrações financeiras do ano de 2018.

4 CONCLUSÕES

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência tem conseguido vencer todas as adversidades, quer por conjunturas Nacionais quer por conjunturas Internacionais, internas e/ou externas, onde se apresenta com o mesmo rigor e confiança no futuro.

O relatório aqui apresentado pretende divulgar toda a informação considerada apropriada para a análise da atividade exercida durante o ano de 2018 que foi desenvolvida de acordo com o esperado para o seu normal funcionamento e toda a informação económica e financeira para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

As demonstrações financeiras são uma representação estruturada da posição e do desempenho económico financeiro de uma entidade com o objetivo de que essa informação seja útil a uma vasta gama de utilizadores na tomada de decisões.

As políticas contabilísticas estão devidamente divulgadas no anexo ao balanço e à demonstração dos resultados por naturezas, salientando-se as resultantes da aplicação do regime de acréscimo (periodização económica), consistência de apresentação, materialidade e agregação, informação comparativa, o que denota uma preocupação de rigor técnico-contabilístico, em prol da imagem verdadeira e apropriada da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência.

Pela análise económica e financeira criteriosamente efetuada com base nos vários instrumentos e peças contabilísticas, a Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência conseguiu atingir os seus objetivos e estratégias traçadas para o ano de 2018 na sua globalidade e da forma

que foi possível, contribuindo para esse facto o empenho e a dedicação de todos quanto colaboraram com a Associação das mais diversas formas.

De realçar o facto de que no ano de 2018 a AFPAD foi contemplada com subsídio do Município de Vila Nova de Famalicão, candidaturas a projetos e outros, o que permitiu o equilíbrio financeiro desejado.

Vila Nova de Famalicão, 08 de março de 2019

A DIREÇÃO:

Presidente:	Alberto Manuel Ribeiro Gonçalves
Vice-Presidente	Abraão José Rodrigues Carneiro da Costa
Secretária:	Joana Alexandra Marques Gomes
Tesoureiro	Sara Catarina Sousa Gomes

Contabilista Certificado

António Manuel Vieira da Silva
(Membro n.º 90195)



**ASSOCIAÇÃO FAMILICENSE
DE
PREVENÇÃO E APOIO À DEFICIÊNCIA**

FUNDADA EM 1993

INSTITUIÇÃO CERTIFICADA





Rua António Sérgio, 103

4760 – 298 VILA NOVA DE FAMALICÃO

www.afpad.org